PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Representação Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 238/XIII/1.ª

Recomenda ao Governo que implemente medidas de prevenção e combate à Diabetes e à Hiperglicemia Intermédia.

O aumento da esperança de vida, conseguido através do desenvolvimento, em geral, e do progresso das ciências da saúde, em particular, deu origem a uma maior prevalência de doenças crónicas.

A Diabetes é uma doença crónica cada vez mais frequente na nossa sociedade e a sua prevalência aumenta muito com a idade, atingindo ambos os sexos e todas as idades. Sem cura conhecida é uma das causas mais importantes de morbilidade e de mortalidade.

É caracterizada pelo aumento dos níveis de açúcar (glicose) no sangue, a hiperglicemia, que se deve em alguns casos à insuficiente produção, noutros à insuficiente ação da insulina e, frequentemente, à combinação destes dois fatores.

São, igualmente, diagnosticadas situações de Hiperglicemia Intermédia, também conhecida como Pré-Diabetes, que representam as situações em que os indivíduos apresentam níveis de glicose no sangue superiores ao normal, não sendo, contudo, suficientemente elevados para serem classificados como Diabetes.

Particularmente graves são as complicações que podem ser desenvolvidas por pessoas com Diabetes.

Em praticamente todos os países desenvolvidos, a Diabetes é a principal causa de cegueira, insuficiência renal e amputação de membros inferiores.

A Diabetes constitui, atualmente, uma das principais causas de morte, principalmente por implicar um risco significativamente aumentado de doença coronária e de acidente vascular cerebral.

As crianças deverão estar sujeitas a acompanhamento constante, porquanto um deficiente controlo metabólico pode resultar em défice de desenvolvimento, assim como na ocorrência tanto de hipoglicemias graves, como de hiperglicemia crónica e em internamentos hospitalares. As crianças são mais sensíveis à falta de insulina do que os adultos e estão em maior risco de desenvolvimento rápido e dramático da cetoacidose diabética.

As principais complicações crónicas da Diabetes são as Neuropatias e Amputações, as Retinopatias, as Nefropatias e as Doenças cardiovasculares.

De acordo com dados constantes do *Relatório Anual do Observatório Nacional da Diabetes – Edição de 2015*, da Sociedade Portuguesa de Diabetologia, em **2014** a prevalência estimada da Diabetes na população portuguesa com idades compreendidas **entre os 20 e os 79 anos** (7,7 milhões de indivíduos) foi de 13,1%, isto é, **mais de 1 milhão de portugueses neste grupo etário tem Diabetes.** Cerca de 40,3% da população portuguesa entre os 20 e os 79 anos tem Diabetes ou Hiperglicemia Intermédia, o que corresponde a 3,1 milhões de indivíduos.

O impacto do envelhecimento da estrutura etária da população portuguesa refletiu-se num aumento de 1,4 pontos percentuais da taxa de prevalência da Diabetes entre 2009 e 2014, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 12%. Mais de um quarto das pessoas entre os 60 e os 79 anos tem Diabetes.

A Diabetes tipo 1 nas crianças e nos jovens em Portugal, em 2014, atingia 3 365 indivíduos com idades entre 0 e os 19 anos, o que corresponde a 0,16% da população portuguesa neste escalão etário, número que se têm mantido estável nos últimos anos. Em 2014, foram detetados 17,5 novos casos de Diabetes tipo 1 por cada 100 000 jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, valores inferiores aos registados nos últimos anos.

Em termos evolutivos, entre 2000 e 2011, existiu um crescimento acentuado do número de novos casos diagnosticados anualmente em Portugal.

Em Portugal, na última década tem-se verificado uma diminuição significativa do número de anos potenciais de vida perdida por Diabetes (-37%). No ano de 2013, a Diabetes representou cerca de oito anos de vida perdida por cada óbito por Diabetes na população com idade inferior a 70 anos.

A Diabetes assume um papel significativo nas causas de morte, tendo estado na origem de 4,0% dos óbitos ocorridos em 2014.

O consumo de medicamentos para a Diabetes tem estado a aumentar significativamente ao longo dos últimos anos, em toda a Europa, em termos da Dose Diária Definida/1 000 habitantes/dia. Os utentes do SNS têm encargos diretos de 20,6 Milhões de Euros com o consumo de ADO e de Insulinas, o que representa 8,5% dos custos do mercado de ambulatório com estes medicamentos no último ano.

Para além do sofrimento causado por esta doença e dos custos associados ao seu tratamento para o próprio, a Diabetes tem igualmente um impacto bastante significativo no Serviço Nacional de Saúde. Em 2014 na Rede de Cuidados de Saúde Primários do SNS de Portugal Continental encontravam-se registados 764 598 utentes com Diabetes, (dos quais 55,4% nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados – UCSP e 44,6% nas Unidades de Saúde Familiar – USF), num universo de 11 922 633 utentes registados (dos quais 53,8% nas UCSP e 46,2% nas USF). A População com Diabetes representou, em 2014, 24,8% da letalidade intra-hospitalar no SNS (correspondendo a 11 736 indivíduos), ou seja, cerca de ¼ das pessoas que morrem nos hospitais têm Diabetes.

Em 2014, a Diabetes no nosso país representou um custo direto estimado entre 1 300 e 1 550 milhões de euros (um acréscimo de aproximadamente 50 milhões de euros face ao ano transacto), **o que representa entre 0,7% e 0,9% do PIB português e entre 8% a 10% da despesa em Saúde em 2014.**

Se apenas se considerar a população com Diabetes diagnosticada em Portugal em 2014 o custo aparente desta doença representa 862 milhões de euros (para todos os indivíduos com Diabetes diagnosticada entre os 20 e os 79 anos).

Em termos mundiais, em 2014, estima-se a existência de 387 milhões de pessoas com Diabetes e presume-se que em 2035 este valor subirá para 592 milhões. Existem 179 milhões de pessoas com Diabetes que desconhecem que possuem a doença. A Diabetes provocou 4,9 milhões de mortes em 2014. A cada sete segundos morre uma pessoa por Diabetes.

A incidência da Diabetes tem vindo a aumentar nos seus principais subtipos, 1 e 2, para o que têm concorrido, nestas últimas décadas, fatores genéticos, ambientais e comportamentais, entre os quais uma alimentação hipercalórica e o sedentarismo, principais condicionantes da obesidade.

O número de Diabetes tipo 2 está a aumentar em todos os países, algo que era facilmente evitável, dado que na grande maioria dos casos está relacionada com más práticas alimentares. A experiência tem demonstrado que simples alterações no estilo de vida podem ser eficazes

para impedir ou atrasar a Diabetes do tipo 2. Estas alterações incluem manter um peso normal, exercer atividade física regularmente e ter um regime alimentar saudável.

Se é desejável que práticas alimentares antigas e saudáveis se mantenham, como é o caso da dieta mediterrânica, algumas modificações dietéticas têm conduzido a um crescimento exponencial de doenças crónicas não transmissíveis como a obesidade, a Diabetes, a hipertensão e certas neoplasias, que representam um grave problema de saúde pública.

A dieta vegetariana tem sido largamente estudada nos últimos anos, nomeadamente, na prevenção de doenças muito prevalentes na nossa sociedade. Estudos epidemiológicos têm documentado benefícios importantes e mensuráveis das dietas vegetarianas e outras à base de produtos vegetais, tais como a redução da prevalência de doença oncológica, obesidade, doença cardiovascular, hiperlipidemias, hipertensão, Diabetes, assim como aumento da longevidade.

De acordo com o Manual " Linhas de Orientação para uma alimentação vegetariana saudável", publicado pela Direção-Geral da Saúde em Julho de 2015, **as populações com consumos elevados ou exclusivos de produtos de origem vegetal parecem ter menor probabilidade de contraírem doenças crónicas, como doença cardiovascular, certos tipos de cancro, Diabetes e obesidade.**

Igualmente, de acordo com o recente manual "Alimentação vegetariana em idade escolar", publicado pela Direção-Geral da Saúde em Abril de 2016, **um padrão alimentar à base de produtos de origem vegetal, como uma dieta vegetariana, é naturalmente rico em fibra,** devido ao seu elevado conteúdo em hortícolas, fruta, cereais e leguminosas, **pelo que da mesma resultam vários benefícios, como diminuição do risco de Diabetes**, doença cardiovascular, cancro e doença diverticular.

Um estudo, publicado no *Journal of the American College of Nutrition*, recomenda, em termos gerais, **a adoção de uma dieta de base vegetal (vegetais, frutos, cereais integrais e leguminosas) por estar associada a um risco inferior de cancro assim como de doenças cardiovasculares, Diabetes e hipertensão.**

Assim, dos muitos estudos que têm sido publicados até à data sobre esta matéria e dos manuais acima indicados resulta, com clareza, **uma relação direta entre uma má alimentação, marcada pelo elevado consumo de produtos de origem animal e açúcares, ou, ainda, pela falta de exercício físico e o aparecimento da Diabetes tipo 2.** Por esse motivo, os estudos realizados até à data sobre esta matéria apontam para a existência de um relação direta entre o escalão de Índice de

Massa Corporal (IMC) e a Diabetes, com perto de 90% da população com Diabetes a apresentar excesso de peso (49,2%) ou obesidade (39,6%), conforme dados constantes do *Relatório Anual do Observatório Nacional da Diabetes – Edição de 2015*.

Urge criar estratégias de prevenção relacionadas com a alimentação como uma forma eficaz e pouco dispendiosa de prevenir a doença e diminuir a despesa pública com a saúde.

Promover uma mudança de comportamentos e fomentar novos hábitos de consumo é a responsabilidade de um Estado que pretende uma população saudável. A proteção à saúde é um Direito constitucionalmente consagrado e as formas de alcançar esta proteção passam pelo incentivo informado à mudança.

Neste termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projeto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1. Promova campanhas de informação e sensibilização junto de Escolas e Universidades, devendo estas conter recomendações a adotar para prevenção da doença, por forma a alertar as crianças e jovens para os seus riscos.
2. Crie mecanismos de acompanhamento de crianças e jovens com Diabetes e Hiperglicemia Intermédia, de modo a prevenir a evolução da doença.
3. Sob a coordenação do Programa Nacional para a Diabetes, promova ações e campanhas de informação visando a sensibilização da população para a importância da adoção de estilos de vida mais saudáveis, em especial pela divulgação de boas práticas alimentares, nomeadamente através da alimentação vegetariana, como modo de prevenção e diminuição dos riscos da Diabetes.
4. Proceda à quantificação dos custos da Diabetes, sociais e a título de despesa pública com o Serviço Nacional de Saúde, comparando os dados obtidos com os ganhos que resultem de políticas de prevenção.

Palácio de São Bento, 8 de Abril de 2016.

O Deputado,

André Silva